

RESSALVA

Atendendo a solicitação do(a) autor(a), Isabella Nascimento de Oliveira, o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 13/03/2028.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
Faculdade de Ciências - Campus de Bauru

ISABELLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**É TUDO PRA ONTEM: UMA INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS ANTIRRACISTAS
NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

Bauru
2026

ISABELLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA

**É TUDO PRA ONTEM: UMA INVESTIGAÇÃO DE POLÍTICAS ANTIRRACISTAS
NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências (FC), Bauru, para obtenção do título de Mestra em Educação para a Ciência.

Área de Concentração: Ensino de Ciências

Orientador(a): Prof. Dr. Ana Carolina Biscalquini Talamoni

Bauru

2026

Oliveira, Isabella Nascimento de.

É tudo pra ontem: uma investigação de políticas antirracistas na formação inicial de professores de Ciências e Biologia / Isabella Nascimento de Oliveira. - Bauru, 2026
150 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru
Orientadora: Ana Carolina Biscalquini Talamoni

1. Formação de professores. 2. Licenciatura em Ciências e Biologia. 3. Currículo. 4. Relações étnico-raciais. 5. História e ancestralidade. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta pesquisa nasce de uma urgência histórica que atravessa minha trajetória e daqueles que lutam e resistem ao meu lado: a necessidade inadiável de contar nossa própria história e de romper com os silenciamentos que sustentam e legitimam o racismo estrutural. Analisar criticamente como uma universidade pública tem incorporado, silenciado ou esvaziado as políticas antirracistas é, para mim, um compromisso científico, político e ético com aqueles que produzem conhecimento hoje e com nossos ancestrais negros e negras cujas vozes foram silenciadas e expulsas dos currículos, das políticas institucionais e das práticas pedagógicas.

Partindo da minha vivência como mulher negra formada nas Ciências Biológicas, trago com este estudo uma produção de impacto científico, educacional e social, confrontando a falsa neutralidade do ensino de ciências e expondo também seu caráter histórico, cultural e racializado. Assim, ao enfrentar o epistemicídio, afirmo a centralidade da história de negros e negras na educação e da importância de enegrecer a formação e o trabalho docente, reconfigurando currículos, políticas institucionais e processos formativos a partir de perspectivas antirracistas, comprometidas com a justiça social. Desse modo, os resultados aqui descritos têm potencial para subsidiar revisões de Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Desenvolvimento Institucional e práticas formativas, fortalecendo a formação de professores comprometidos com a ruptura do silêncio, capazes de transformar a educação básica em território de existência, memória e futuro para os nossos alunos e alunas.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This research emerges from a historical urgency that runs through my own trajectory and that of those who struggle and resist alongside me: the inescapable need to tell our own history and to break with the silences that sustain and legitimize structural racism. To critically examine how a public university has incorporated, silenced, or emptied antiracist policies is, for me, a scientific, political, and ethical commitment to those who produce knowledge today and to our Black ancestors whose voices were silenced and expelled from curricula, institutional policies, and pedagogical practices.

Grounded in my lived experience as a Black woman trained in the Biological Sciences, this study generates scientific, educational, and social impact by confronting the false neutrality of science education and exposing its historical, cultural, and racialized character. In challenging epistemicide, I affirm the centrality of Black history in education and the urgency of *Blackening* teacher education and pedagogical practice, through the reconfiguration of curricula, institutional policies, and training processes from antiracist perspectives committed to social justice. In this way, the findings presented here have the potential to inform revisions of Pedagogical Projects, Institutional Development Plans, and formative practices, strengthening the education of teachers committed to breaking silence and capable of transforming basic education into a territory of existence, memory, and future for our Black students.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE ISABELLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PARA A CIÊNCIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 12 de março de 2026, às 16h, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de ISABELLA NASCIMENTO DE OLIVEIRA, intitulada "É tudo pra ontem: Uma investigação de políticas antirracistas na formação inicial de professores de Ciências e Biologia". A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. ANA CAROLINA BISCALQUINI TALAMONI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais / UNESP / Câmpus do Litoral Paulista - IBCLP, Profa. Dra. CRISTIANE ANGÉLICA OTTONI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Ciências Biológicas e Ambientais / UNESP / Câmpus do Litoral Paulista - IBCLP, Prof. Dr. HARRYSON JÚNIO LESSA GONÇALVES (Participação Virtual) do(a) Departamento de Didática / UNESP / Câmpus de Marília - FFC, Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA BISCALQUINI TALAMONI
Data: 16/03/2026 15:26:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. ANA CAROLINA BISCALQUINI TALAMONI

À minha mãe, que me trouxe até aqui, e à
criança que estou gerando, que me
convoca a seguir. Por elas continuarei a
construir um mundo em que possamos
existir: inteiras, dignas e livres.

AGRADECIMENTOS

Ancorada na ancestralidade e na força da coletividade, nenhuma das linhas aqui escritas passaram apenas pelas minhas mãos. Este trabalho é tecido por muitas presenças que sustentaram e abriram caminhos. Assim, reafirmo aquelas que tornaram este percurso possível, ciente de que tantas outras não cabem nesta página, mas seguem comigo, impressas em meus passos e na trajetória que construo.

Primeiramente, agradeço a Deus, aos meus ancestrais e a todas as forças espirituais que fortaleceram e pavimentaram meu caminho durante essa grande caminhada.

Agradeço à minha família. À minha mãe, Sandra, e às minhas avós, Maria e Ivanilda, mulheres que me antecederam e, como espelhos, me ensinaram o amor, o cuidado e a potência da mulher negra. E ao meu avô, José, que me cuidou como filha e foi meu pai no amor, nas responsabilidades e na presença cotidiana.

Ao meu noivo e grande amor Eloy, agradeço por me incentivar a iniciar nessa jornada, por me mostrar diariamente a potência que tenho mesmo quando não enxergo e por me ensinar que o amor preto salva, liberta e cuida. Nosso companheirismo, a família que formamos e a criança que agora transborda nossas vidas, tornou esse percurso ainda mais bonito e possível.

Aos meus amigos, agradeço por nunca soltarem minhas mãos. À Beatriz Hara e à Letícia Rubbo, amigas de infância que atravessam comigo o tempo, a vida e as mudanças, se fazendo presentes mesmo a mais de 300 km de distância. À Laís, Julio Cesar, Beatriz Augusto, Nayara, Letícia Mendes e Davi, por serem casa longe de casa, por tornarem esta cidade menos estranha e os dias mais leves. À Elisa, Yudi, Amanda, Lucas e amigos do Grupo de Estudos Interdisciplinares pela partilha de saberes, pelo apoio constante e por transformarem a pós-graduação num espaço menos solitário.

À minha orientadora Prof^a Dr^a Ana Carolina Biscalquini Talamoni, agradeço pela condução sensível deste percurso, pelas leituras atentas, pelo incentivo constante e em especial, pelo apoio e cuidado durante o processo da minha gravidez, tornando esta jornada mais possível e respeitosa. Sua atuação foi fundamental para que esta pesquisa ganhasse forma.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, pelo financiamento e

apoio para a realização desta pesquisa e todas as políticas de ações afirmativas e permanência estudantil, na graduação e na pós-graduação, que ampliam possibilidades, transformam histórias e permitem que corpos como o meu acessem, permaneçam e produzam conhecimento no ambiente acadêmico.

Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu
vou.

(Emicida, 2019)

RESUMO

O Brasil é um país forjado pela presença negra e indígena e, simultaneamente, estruturado pela violência racial e pela naturalização da branquitude como referência universal de conhecimento. É a partir dessa contradição histórica que esta dissertação se inscreve, tomando o racismo como chave analítica para investigar como uma Instituição de Ensino Superior pública e estadual tem abordado as questões étnico-raciais na formação inicial de professores de Ciências e Biologia. Ancorada nos Estudos Culturais, a pesquisa compreende a universidade e os currículos formativos como espaços de disputa política e epistêmica, nos quais se reproduzem apagamentos e opressões sob o discurso da neutralidade científica. À luz das Leis nº 10.639/2003 e nº 12.711/2012, o estudo tensiona os limites das políticas antirracistas quando estas não se materializam em transformações estruturais na formação docente. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise documental de documentos institucionais, projetos político-pedagógicos e currículos de cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, além do mapeamento de outras iniciativas relacionadas à temática racial. A relevância da discussão se insere tanto na denúncia aos silenciamentos que atravessam o ambiente acadêmico e a formação inicial de professores, e reverberam diretamente no cotidiano escolar, como no reconhecimento de projetos antirracistas já existentes, como símbolos de resistência, possibilidade e esperança capazes de impulsionar mudanças institucionais.

Palavras-chave: Licenciatura em Ciências e Biologia; currículo; relações étnico-raciais; história e ancestralidade.

ABSTRACT

Brazil is a country forged by the presence of Black and Indigenous peoples and, at the same time, structured by racial violence and by the naturalization of whiteness as a universal reference of knowledge. It is from this historical contradiction that this dissertation is situated, taking racism as an analytical key to investigate how a public, state-level Higher Education Institution has addressed ethnic-racial issues in the initial training of Science and Biology teachers. Grounded in Cultural Studies, the research understands the university and teacher education curricula as spaces of political and epistemic dispute, in which erasures and oppressions are reproduced under the discourse of scientific neutrality. In light of Laws No. 10,639/2003 and No. 12,711/2012, the study challenges the limits of antiracist policies when they fail to materialize into structural transformations in teacher education. Methodologically, the research adopts a qualitative approach, emphasizing documentary analysis of institutional documents, pedagogical projects, and curricula of undergraduate Biology teacher education programs, as well as the mapping of other initiatives related to racial issues. The relevance of this discussion lies both in denouncing the silences that permeate the academic environment and initial teacher education—silences that directly reverberate in everyday school practices—and in recognizing existing antiracist projects as expressions of resistance, possibility, and hope capable of fostering broader institutional change.

Keywords: Science and Biology teacher education; curriculum; ethnic-racial relations; history and ancestry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Maria José de Deus faz parte dos moradores de quilombos estabelecidos por antepassados anteriormente escravizados que escaparam de seus captores.	32
Figura 2 – Militantes da Frente Negra Brasileira em uma delegação da entidade	38
Figura 3 – Teatro Experimental do Negro ensaiando Sortilégio, com Abdias do Nascimento e Léa Garcia, 1957	39
Figura 4 – Protesto do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia, destacando a luta contra a discriminação racial e a afirmação da identidade negra	41
Gráfico 1 – Distribuição dos trabalhos por ano	50
Gráfico 2 – Distribuição dos trabalhos por tipo de produção	51
Gráfico 3 – Distribuição dos trabalhos por tipo de universidade	52
Gráfico 4 – Distribuição de trabalhos por região do Brasil	53
Gráfico 5 – Distribuição de trabalhos por Eixo Temático	54
Quadro 1 – Menções diretas no Plano de Desenvolvimento Institucional	75
Quadro 2 – Menções indiretas no Plano de Desenvolvimento Institucional	77
Tabela 1 – Mapeamento de disciplinas com foco ou menções às questões étnico-raciais	86
Gráfico 6 – Distribuição dos projetos de extensão com foco étnico-racial nos campi com licenciatura em Ciências Biológicas da Unesp (2022)	88
Quadro 3 – Projetos de extensão com temática étnico-racial nos campi da Unesp que ofertam o curso de licenciatura em Ciências Biológicas (2022)	89
Quadro 4 – Coletivos com atuação em temáticas étnico-raciais nos campi com licenciatura em Ciências Biológicas (Unesp, 2024)	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
IES	Instituição de Ensino Superior
NUPE	Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão
MNU	Movimento Negro Unificado
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPP	Projeto Político-Pedagógico
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1 - ONDE ESTÁ O NEGRO NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA?	27
1.1 Entre a Negação e a Resistência: A Educação dos Negros Escravizados no Brasil Colonial (1500 - 1822)	28
1.2 A instrução como privilégio branco: exclusão legal e simbólica do Brasil Império (1822 - 1889)	33
1.3 Entre a abolição e o abandono: o negro na educação da República	36
CAPÍTULO 2: QUANDO E COMO A FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS E BIOLOGIA ENCONTRA O ANTIRRACISMO	46
2.1 Caminho metodológico trilhado	47
2.2 Panorama da produção selecionada	50
2.3 O que este Estado do Conhecimento nos convida a pensar	55
CAPÍTULO 3: CONCEITOS EM DIÁLOGO: VOZES E TERMOS QUE FUNDAMENTAM NOSSA INVESTIGAÇÃO	57
CAPÍTULO 4: METODOLOGIA	67
CAPÍTULO 5: RESULTADOS E DISCUSSÕES: O LUGAR DO ANTIRRACISMO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA	75
5.1 Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	75
5.2 Projetos Político-Pedagógicos	80
5.3 Grades curriculares e Planos de Ensino	86
5.4 Projetos De Extensão	89
5.5 Coletivos	90
5.6 Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
REFERÊNCIAS	99

APRESENTAÇÃO

Início esse trabalho deixando que minha voz se apresente: voz de uma mulher negra. É desse lugar que falo, que experiencio o mundo, que encaro as questões sociais que o cercam e que escrevi cada palavra aqui redigida. Meu compromisso, nessas linhas, é provocar desconforto, denunciar as angústias advindas de alguém que conhece o racismo desde antes de aprender a nomeá-lo. Mas não só isso. Busco trazer a memória, recuperar as lutas e celebrar a resistência daqueles que foram propositalmente silenciados da história. Se esse apagamento é intencional, faço das palavras de Emerica as minhas: “pro povo ver reis no espelho, minha caneta cria”. Como cientista e profissional da educação, faço desse o meu propósito.

Minha trajetória começa pelas ruas da Vila Tijuco, bairro de Guarulhos (SP), onde nasci e fui criada. Cresci envolta pelos afetos de uma família preta, sob os cuidados de minha mãe, avós e tios, todos reunidos em um mesmo espaço. À frente desse pequeno lar, estava dona Maria, uma avó negra, cuja resistência cotidiana a transformou no alicerce da família. Ali, as relações raciais se mascaravam nas relações entre os patrões que os empregavam, os colegas de escola e as poucas oportunidades de acesso, mas se fortaleciam no cuidado constante uns com os outros e, principalmente, no discurso da educação como forma de resistência e mudança de vida.

A partir dessa base, passei a me dedicar aos estudos desde muito cedo. A escola pública acompanhou toda a minha formação e, nela, enfrentei cotidianamente um racismo dilacerante, que me atravessava de diferentes formas. Para além das violências explícitas nas relações interpessoais com outras crianças, deparei-me também com sua outra face: a do silenciamento institucional. Questionei ano após ano em que lugar a minha história e dos meus se encontrava. Seria possível que toda a nossa trajetória se resumiria a navios negreiros e desumanização? Com tantas pessoas pretas a minha volta, onde estavam as referências negras na ciência, na arte e na produção do conhecimento? E, se essas existências eram reais, por que permaneciam ausentes da escola? Eram muitas perguntas. Essas inquietações se acumulavam e exigiam resposta.

Movida pelo desejo de atuar como docente desde a infância e compreendendo a educação como estratégia de enfrentamento às desigualdades que me inquietavam,

ingressei, como a primeira da minha família, em uma universidade pública, a Unesp Bauru. Com o objetivo de contribuir para a construção de cenários educacionais verdadeiramente plurais e emancipatórios, optei pela Licenciatura em Ciências Biológicas e participei ativamente de projetos de extensão voltados à educação e a popularização da ciência. Contudo, mesmo diante de uma formação densa, marcada por disciplinas obrigatórias, estágios e projetos, o letramento racial não se fez presente. Os referenciais científicos eram brancos, os currículos eurocentrados e as violências sociais, quando mencionadas, eram tratadas de modo generalizado. Essa constatação me atravessou: percebi que, mesmo em uma das melhores universidades do país, não havia, no currículo obrigatório, formação que me preparasse para romper ciclos, apenas para reproduzi-los.

Em meio a essas experiências acadêmicas, segui construindo meu letramento racial por outros caminhos. Participei de coletivos negros organizados por estudantes da universidade e me dediquei a leituras que me possibilitassem pensar uma educação antirracista para minha futura prática docente. Nesse percurso, o encontro com o lançamento da obra de Emicida, artista que acompanho e admiro, foi fundamental. O lançamento do álbum *Amarelo* e do documentário *É tudo pra ontem* marcou profundamente minha trajetória, funcionando como espaços de validação das inquietações que me atravessavam e de reafirmação do sentido do meu papel.

No último ano da graduação, o encontro com a pesquisa em educação redefiniu meus caminhos. Reconheci nela a possibilidade de enfrentar, com rigor investigativo, os problemas que marcaram minha trajetória, de examinar suas raízes estruturais e de tornar audíveis questões sistematicamente silenciadas. A pesquisa passou a operar como ferramenta de denúncia e de reconstrução de narrativas historicamente invisibilizadas. Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, instituído no mesmo campus em que me graduei, emergiu como um espaço legítimo para a continuidade a este meu percurso.

Diante de tudo isso, ao entrelaçar minha vivência como mulher negra, minha trajetória da educação básica ao ensino superior e os caminhos que escolhi seguir, faço novamente minhas as palavras de Emicida: “A minha missão, cada vez que eu pegar uma caneta e um microfone, é devolver a alma de cada um dos meus irmãos e das minhas irmãs que sentiu que um dia não teve uma”. É com esse compromisso

que esta pesquisa se ancora. Aqui reafirmo uma história que há muito começou e que insiste em seguir adiante, porque é tudo pra ontem.

INTRODUÇÃO

O Brasil é negro. Este país que por milhares de vezes foi palco da violência imposta pela supremacia branca, foi forjado pelas mãos pretas e indígenas que, com potência e resistência, sustentaram as bases materiais e simbólicas da sociedade brasileira, resistindo à escravidão, à colonização e as mais cruéis formas de opressão. Nossa presença não é resquício, é fundamento. A ancestralidade tem nos guiado por séculos, permitindo que estejamos aqui, vivos, criando, lutando e produzindo saberes, pois, como afirma a historiadora Surya A. P. Barros e o filósofo Marcus Fonseca “os africanos e seus descendentes penetraram em todas as dimensões da sociedade, estabelecendo influências que sempre caracterizam o Brasil como nação” (Barros; Fonseca, 2016, p. 34). Assim, ao afirmar que o Brasil é negro, reafirmo o protagonismo de quem tem sido historicamente desumanizado, mas nunca silenciado.

Apesar da nossa história ter sido escrita por mãos pretas, o Brasil também é um país inegavelmente racista. O racismo é um pilar que estrutura este país e não uma exceção. É em essência um

sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado (Bersani, 2017).

De acordo com a pesquisa “Percepções sobre o Racismo no Brasil”, realizada pelo Peregum - Instituto de Referência Negra e pelo Projeto SETA (Sistema de Educação por uma Transformação Antirracista) 81% das pessoas concordam que o Brasil é um país racista (Nganga, 2023). Essa constatação não é recente nem surpreendente, mas reafirma o que os corpos negros denunciam há séculos: o projeto de nação brasileiro foi alicerçado na exclusão, no apagamento e na violência. A branquitude, enquanto grupo social, se vale da naturalização dessas violências para manter seus privilégios, silenciando as contribuições negras e indígenas e subalternizando suas existências. O racismo, portanto, não apenas atravessa esta pesquisa, ele é sua base. É também a lente pela qual leio o mundo, os espaços que ocupo e os discursos que busco tensionar, sobretudo no campo da educação.

Nessa perspectiva, a educação no Brasil, assim como outras esferas sociais e políticas públicas, reflete e reproduz a estrutura racista que organiza o país. Ao analisar estatisticamente essa realidade, é possível se deparar com dados que revelam uma exclusão sistemática da população negra dos espaços formais de ensino. Uma pesquisa realizada pelo IBGE, em 2023 aponta que no grupo etário de 14 a 29 anos, 9,0 milhões de jovens não completaram o ensino médio, entre eles, 71,6% são pretos ou pardos, enquanto apenas 27,4% são brancos. Já na faixa de jovens entre 18 a 24 anos, cerca de 70,6% dos pretos e pardos não frequentam a escola e não concluíram o ensino superior, em contraste com 57,0% dos brancos na mesma faixa etária. Quando se trata do acesso ao ensino superior, a disparidade se amplia: apenas 16,4% dos pretos ou pardos cursam essa etapa, contra 29,5% dos brancos (IBGE, 2024). Esses dados evidenciam um projeto histórico de negação de direitos que mantém a população negra afastada dos espaços de produção e legitimação do conhecimento, denunciando que a exclusão educacional não é acidental nem isolada, mas resultado de um sistema estruturalmente organizado para oprimir.

Os dados também escancaram a negligência das instituições escolares diante do enfrentamento ao racismo. Segundo o site G1 (2023), em 2021, o Brasil registrou o pior índice em uma década de escolas públicas com projetos voltados ao combate ao racismo: apenas 50,1% incluíam em sua grade curricular alguma iniciativa para discutir o tema. Essa ausência não é neutra, ela comunica, silencia e reforça uma lógica da exclusão. O apagamento das questões étnico-raciais nas escolas é mais uma expressão da violência de uma supremacia branca, que transforma a escola em um espaço de sofrimento para estudantes não brancos, ao invés de um espaço de pertencimento e valorização. O professor, nesse cenário, ocupa um lugar estratégico: ou reproduz esse silenciamento, ou atua como agente transformador. Como alerta Ione A. Santos (2001, p. 106):

tratar da discriminação racial em ambiente escolar não significa ajudar a criança negra a ser forte para suportar o racismo, como se apenas ela tivesse problema com sua identidade, com sua autoestima. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico válido.

Considerando esse cenário, a escola precisa se tornar um território de disputa e transformação, onde o conhecimento e o ensino não sejam instrumentos de opressão, mas de libertação.

Embora o professor ocupe um lugar estratégico no enfrentamento ao racismo, essa atuação depende de uma formação que tenha acesso à consciência crítica, ao letramento racial e articulação entre esse e o conteúdo pedagógico da sua área de conhecimento. No entanto, essa preparação ainda é insuficiente: segundo estudo da ONG Nova Escola, divulgado por Beatriz Pecinato no Jornal da USP (2024), embora 87% dos educadores/as considerem extremamente relevante uma educação antirracista, apenas 27% se sentem bem-preparados para abordar o tema. Além disso, o mesmo levantamento mostra que o racismo não atinge apenas os estudantes, apontando que 80% das vítimas são alunos e alunas, mas 30% dos casos envolvem professores e professoras e 13%, outros profissionais da escola, o que evidencia a maneira com a qual essa dinâmica de opressão perpassa diversas existências e relações.

Diante do cenário exposto, esta pesquisa estabeleceu-se como objetivo geral analisar como uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública e estadual, tem abordado as questões étnico-raciais na formação inicial de professores de Ciências e Biologia, bem como mapear as políticas e projetos antirracistas e de diversidade implementadas a partir da Lei 10.639/2003 e da Lei 12.711/12. Para alcançar esses resultados, este estudo está distribuído entre os objetivos específicos de apresentar a história do negro na educação com foco nos movimentos e lutas travadas para a conquista do direito ao ensino, analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade pesquisada, a fim de identificar a presença de objetivos e metas relacionados à implementação das Leis 10.639/03 e Lei 12.711/12, averiguar os projetos político pedagógicos (PPP) dos oito cursos de licenciatura em Ciências Biológicas ofertados pela referida IES, apontar quais as disciplinas dispostas nas grades curriculares abordam, de maneira direta ou indireta, questões de caráter étnico-racial e mapear estratégias desenvolvidas tanto pelas instituições e proreitorias quanto por discentes e docentes que possam contribuir no processo de letramento racial dos licenciandos em Ciências Biológicas. Esses passos estarão distribuídos no decorrer dos capítulos, formando um percurso que evidencia

ausências, tensões e possibilidades na formação inicial de professores de Ciências e Biologia diante das legislações étnico-raciais, buscando contribuir para uma prática docente comprometida com a transformação social, o enfrentamento do racismo estrutural e o reconhecimento da centralidade da história e cultura negra no ensino de Ciências.

O estabelecimento desses objetivos, bem como a escolha da temática central da nossa investigação, permeia um caminho de diferentes motivações e fundamentos. Nossa justificativa inicial baseia-se na convicção da importância histórica e política da criação da Lei 10.639 no ano de 2003¹ (Brasil, 2003), que altera a Lei 9394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na educação básica. Aqui entende-se esse marco legal como fruto da luta incansável e resistência diária do movimento negro, e não como uma concessão do Estado. A lei representa uma ruptura com o projeto educacional da supremacia branca, ao afirmar a população negra como sujeito político e epistêmico, e não como objeto. Contudo, sua potência só se concretiza se sustentada por uma formação docente que a compreenda para além da formalidade legal, assumindo a educação antirracista como prática de enfrentamento ao racismo estrutural que ainda organiza o cotidiano escolar e “combate às práticas racistas e discriminatórias” (Júnio; Sousa, 2016, p. 77).

Outra justificativa que baseia este estudo está na urgência de articular a educação antirracista à formação de professores de Ciências e Biologia. A ciência ensinada nas escolas que é frequentemente apresentada como neutra e universal, na verdade, está atravessada por escolhas políticas, culturais e históricas que priorizam uma visão europeia, branca, cristã e masculina do mundo. Como aponta Francisco Jr. (2008, p. 405), “na maioria das vezes, quando falamos em Ciência, é totalmente desconsiderada a dimensão de Ciência e tecnologia dos povos pré-colombianos, africanos, indígenas etc. A supervalorização de determinadas culturas, por exemplo, a europeia, em detrimento de outras, é um ato discriminatório e que, amiúde, nos passa despercebido”. Ademais, embora a Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003)

¹ No ano de 2008 houve a atualização dessa lei por meio da nº 11.645/08 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (BRASIL, 2008)

estabeleça a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica, pesquisas evidenciam que discussões sobre a história do povo negro permanecem ausentes tanto nos momentos de formação inicial de professores quanto nos espaços de formação continuada (Evangelista, 2022). Diante disso, torna-se essencial que a formação de professores dessa área seja pautada por uma perspectiva crítica e comprometida com a transformação social. Educar para a cidadania, como afirma a professora Myriam Krasilchik (1988), “sem restringir a escola ao papel de preparação do indivíduo maleável e manipulável, é a grande tarefa com que se defrontam hoje os professores de Ciências”. Isso implica questionar o lugar do conhecimento científico na sociedade e assumir que ensinar Ciências também é um ato político. Assim, “não se pode mais conceber propostas para um ensino de Ciências sem incluir nos currículos componentes que estejam orientados na busca de aspectos sociais e pessoais dos estudantes” (Chassot, 2003). Nesse sentido, a formação inicial de professores de Ciências e Biologia precisa ser permeada pela discussão racial, não apenas como conteúdo a ser trabalhado, mas como estrutura a ser enfrentada no próprio modo de ensinar, pensar e produzir conhecimento.

Outro fundamento desse trabalho se ancora, sobretudo, na Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012), conquista histórica dos povos pretos que rasgou o projeto excludente do ensino superior ao possibilitar o ingresso de corpos historicamente marginalizados às universidades e institutos. À luz dessa política, assim como da Lei nº 10.639/2003, seria esperado que os currículos universitários incorporassem epistemologias plurais e formassem docentes para uma prática diversa e antirracista. Contudo, o que persiste é uma lógica eurocêntrica, branca e excludente, que mantém fundamentos coloniais, revelando o distanciamento entre os avanços legais e as práticas formativas. Assim, dentro das experiências vividas com a Ciências no ensino básico e com a Biologia na formação inicial, sustentaram as frustrações e inquietações que ancoram a temática desta pesquisa.

Por fim, a última justificativa que fundamenta este estudo está na necessidade urgente de reconhecer e valorizar a história negra como parte essencial da formação docente e do currículo escolar. Trata-se de uma tentativa de tensionar os silêncios produzidos pela universidade, que pouco ou nada ensinou sobre as trajetórias, saberes e contribuições dos povos negros na construção do conhecimento. Essa

ausência, longe de ser uma falha isolada, revela uma escolha política de manutenção da branquitude como centro da produção científica e histórica. Neste trabalho, portanto, propõe-se colocar licenciandas e licenciados em Ciências Biológicas diante de uma história que não pode mais ser ignorada, uma história ancestral, marcada por luta e resistência, que precisa ser contada, ensinada e valorizada como parte também das Ciências Naturais. Ao afirmar “É tudo pra ontem” traduz-se não apenas essa urgência, mas também uma dimensão temporal que desafia a linearidade: evoca a sabedoria do provérbio iorubá “Exu matou um pássaro ontem com a pedra que só jogou hoje”, revelando que as ações do presente estão profundamente enraizadas nas experiências e lutas do passado. O futuro que desejamos, mais justo, plural e comprometido com a equidade racial, exige que a formação docente reconheça sua dívida com a história do povo negro. É nesse sentido que esta pesquisa se inscreve como resposta crítica a um passado de apagamentos e como aposta política na potência do saber ancestral como caminho para transformar o que está por vir.

Em relação a distribuição dos capítulos, o primeiro capítulo, intitulado “*Onde está o negro na história da educação brasileira?*” inaugura uma trajetória que busca fundamentar histórica, política e teoricamente esta pesquisa, conduzindo os leitores e leitoras pelo reconhecimento do protagonismo do povo negro, historicamente silenciado, e de sua presença constitutiva na própria história da nação. A partir da articulação entre os estudos sobre relações étnico-raciais, a história da educação brasileira e a crítica à supremacia branca, o capítulo investiga como o racismo foi estruturante na construção das políticas educacionais do país. Como afirma o próprio Ministério da Educação, “o Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal, uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afrodescendente brasileira até hoje” (Brasil, 2004). Em contrapartida, pretende-se sobretudo reconhecer e valorizar a resistência da comunidade negra, que, mesmo diante das violências institucionais e da negação de direitos, construiu coletivamente caminhos de luta, organização e saberes. Ao resgatar essa trajetória, o capítulo escancara o campo político e epistêmico em que esta pesquisa se inscreve e estabelece as bases para a análise crítica desenvolvida nos capítulos seguintes.

O capítulo segundo, intitulado *"Quando e como a formação em Ciências e Biologia encontra o antirracismo"*, apresenta uma análise das teses e dissertações produzidas no Brasil desde a promulgação da Lei de Cotas em 2012 (Brasil, 2012), com foco na formação de professores de Ciências e Biologia. O objetivo é identificar tendências, padrões e possíveis lacunas na produção acadêmica sobre educação antirracista, investigando como a formação docente tem dialogado ou se ausentado no que tange as questões de branquitude, racismo estrutural e violência racial que atravessam o campo da educação em Ciências. Esse momento se faz relevante para a dissertação à medida que possibilita a formação de um panorama crítico que permite situar a pesquisa em relação à produção existente, evidenciando a necessidade de questionar práticas, currículos e políticas que reproduzem desigualdades e orientando as discussões desenvolvidas nesta investigação.

O terceiro capítulo, denominado *"Conceitos em diálogo: vozes e termos que fundamentam nossa investigação"*, reúne as vozes teóricas que sustentam esta investigação. Em diálogo com os Estudos Culturais e os Estudos Culturais em Educação, especialmente nas contribuições de Stuart Hall (2016) e Tomaz Tadeu da Silva (2000), o capítulo problematiza identidade, cultura e currículo como campos de disputa e produção de significados. Somam-se a esse debate autores como Kabengele Munanga (2004) e Nilma Lino Gomes (2017), autores pretos que historicizam a noção de raça e evidenciam o racismo como estrutura da sociedade brasileira, bem como seus efeitos no campo educacional. Ao reconhecer o currículo como espaço de legitimação de saberes e de produção de silenciamentos (Apple, 2013), e ao dialogar com Eliane Cavalleiro (2001), referência potente na luta pela educação antirracista, o capítulo afirma esse compromisso como eixo estruturante da formação docente. Somam-se a esse debate outras autoras e autores fundamentais que ampliam e aprofundam o referencial teórico

Chegando então ao Capítulo 4, intitulado *"Percurso metodológico da pesquisa"*, foram apresentados os caminhos metodológicos que orientaram a construção desta pesquisa, ancorada em uma abordagem qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994) e fundamentada na análise documental (Lüdke; André, 1986; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009), com base em pressupostos que compreendem a produção do conhecimento como um processo político, situado e atravessado por relações de

poder. Para tanto, foram examinados documentos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Político-Pedagógicos (PPP), grades curriculares e planos de ensino dos oito cursos de licenciatura em Ciências Biológicas ofertados por uma universidade pública estadual. A análise também incluiu o mapeamento de ações e iniciativas relacionadas ao letramento racial, como coletivos estudantis e núcleos institucionais, estabelecendo estratégias de investigação que possibilitaram que em sequência fossem apresentados e discutidos os dados produzidos à luz dos nossos objetivos principais.

Caminhando para a parte final dessa nossa trajetória, o quinto capítulo, “Resultados E Discussões: O lugar do antirracismo na formação de professores de Ciências e Biologia” tem como intuito expor os principais achados da pesquisa, evidenciando a negligência para com as relações étnico-raciais, na formação inicial de professores de Ciências e Biologia. Assim, o capítulo se configura como um momento de sistematização e visibilização dos elementos que sustentam as análises desenvolvidas, preparando o terreno para as discussões que se desdobram a partir deles.

Por fim, as considerações finais deste trabalho retomam o percurso da pesquisa como um gesto de reflexão e posicionamento, mais do que de fechamento. O capítulo reúne de modo sintetizado os principais achados e limites da investigação sobre as políticas antirracistas na formação inicial de professores de Ciências e Biologia, evidenciando silenciamentos, tensões e resistências que atravessam esse processo formativo. Ao articular análise crítica, limites do estudo e horizontes possíveis, as considerações finais se afirmam como um convite à continuidade do debate e à construção de uma formação docente comprometida com a valorização dos saberes pretos e com a justiça racial.

Encerrando esta introdução, reafirma-se o compromisso desta pesquisa com o enfrentamento das desigualdades raciais na formação de professores de Ciências e Biologia, reconhecendo que discutir relações étnico-raciais no campo da educação não é uma escolha, mas uma necessidade histórica, ética e política. A estrutura apresentada delineia os caminhos teórico-metodológicos percorridos para investigar como o racismo opera e resiste nos espaços formativos da universidade pública,

buscando compreender não apenas suas ausências e silenciamentos, mas também reconhecer as fissuras abertas pela presença e pela ação de corpos pretos que, mesmo diante da colonialidade dos currículos, insistem em existir, resistir e reinventar o cotidiano acadêmico. Ao longo dos capítulos, esse trabalho pretende tensionar as estruturas ainda coloniais que sustentam os currículos formativos e fortalecer a construção de uma educação em Ciências enraizada no antirracismo, na ancestralidade e no compromisso com a transformação social, afinal, como anunciam os caminhos trilhados até aqui: é tudo pra ontem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerro este estudo ciente de que o gesto de finalizar, aqui, é apenas formal. As considerações que se seguem não se apresentam como um ponto de chegada, mas como uma contribuição inicial a um debate que está longe de se esgotar. Ao investigar políticas antirracistas na formação inicial de professores de Ciências e Biologia, esta pesquisa se insere em um campo marcado por urgências históricas, disputas de sentido e silenciamentos persistentes.

Nossa trajetória teve como objetivo analisar como uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública e estadual, têm abordado as questões étnico-raciais na formação inicial de professores de Ciências e Biologia, bem como mapear as políticas e projetos antirracistas e de diversidade implementadas a partir da Lei 10.639/2003 e da Lei 12.711/12 e para alcançar esses resultados, propomos apresentar a história do negro na educação com foco nos movimentos e lutas travadas para a conquista do direito ao ensino, analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade pesquisada, a fim de identificar a presença de objetivos e metas relacionados à implementação das Leis 10.639/03 e Lei 12.711/12, averiguar os projetos político pedagógicos (PPP) dos 8 cursos de licenciatura em Ciências Biológicas ofertados pela referida IES, apontar quais as disciplinas dispostas nas grades curriculares abordam, de maneira direta ou indireta, questões de caráter étnico-racial e mapear estratégias desenvolvidas tanto pelas instituições e proreitorias quanto por discentes e docentes que possam contribuir no processo de letramento racial dos licenciandos em Ciências Biológicas. Esses objetivos, tanto o geral quanto os específicos, orientaram todo o percurso investigativo e fundamentaram as escolhas dos materiais e referências analisados, enfatizando sempre que nenhuma dessas decisões foi neutra, ao contrário, a pesquisa foi atravessada, do início ao fim, pela intenção de romper silenciamentos e pela adoção de uma ótica racializada de análise.

Os primeiros achados desta pesquisa nos colocaram diante de referências fundamentais que elucidam, de forma incontornável, a luta histórica do povo negro pelo acesso ao direito à educação, em confronto direto com um projeto contínuo de supremacia branca que se organiza para se manter como única instância legítima de produção e validação do conhecimento. Esse percurso evidenciou que, mesmo diante

da escassez material, da exclusão institucional e do apagamento simbólico, a resistência negra se construiu como prática política e epistemológica, sustentando a permanência e a produção de saberes historicamente marginalizados. Ademais, tornou-se possível compreender como as políticas públicas incidiram de maneira direta nesse processo, ora operando como mecanismos de ampliação do acesso, ora reafirmando desigualdades estruturais e seletividades raciais. Essas etapas iniciais também nos conduziram a um conjunto teórico denso, composto majoritariamente por intelectuais negras e negros, cujas produções não apenas foram fundamento teórico deste estudo, como também tensionaram o que se reconhece como conhecimento científico.

Outra etapa reveladora e fundamental dessa pesquisa foi a construção do Estado do Conhecimento, que não apenas ampliou significativamente nosso repertório teórico, sobretudo a partir da incorporação de referências negras, como também possibilitou diagnosticar de forma mais ampla como a educação antirracista e a formação de professores de Ciências vêm se articulando nas diferentes universidades e estados brasileiros. Essa análise evidenciou que as discussões raciais ainda permanecem à margem da formação de professores das Ciências Naturais e Biológicas, sendo majoritariamente deslocadas para o campo das Ciências Humanas, como se a questão racial não atravessasse os currículos, as práticas e os processos de produção de conhecimento científico. Esse distanciamento se mostrou não exclusivo à universidade foco desta investigação, a Unesp, uma vez que estudos desenvolvidos em distintas regiões do país denunciam essa mesma lacuna em diferentes instituições. Os diversos estudos analisados, demonstram a maneira com que essa percepção emerge a partir de múltiplos sujeitos da educação, como professores/as, estudantes, gestores, licenciandos e licenciandas, o que reforça o caráter sistêmico do problema.

Sobre a investigação central desta dissertação, evidenciamos que a formação inicial de professores e professoras de Biologia permanece ancorada em um currículo profundamente eurocêntrico, que pouco se transformou desde sua constituição inicial e que segue operando a branquitude como principal, quando não exclusiva, referência legítima de produção do conhecimento científico. Os documentos analisados revelam a manutenção de uma concepção de ciência apresentada como neutra e universal, que, na prática, silencia e desautoriza saberes não brancos, subordinando-os à

condição de complementares, optativos ou externos à formação obrigatória. Tal imobilismo institucional se mostra ainda mais grave quando considerado o contexto posterior à Lei nº 12.711/2012, que ampliou significativamente o acesso de estudantes negros e negras às universidades públicas, sem que esse movimento tenha sido acompanhado por mudanças curriculares estruturais capazes de reconhecer e incorporar as epistemologias produzidas por esses sujeitos. Somamos a isso a criação de empecilhos para cumprimento efetivo dos princípios da Lei nº 10.639/2003, uma vez que as questões raciais seguem ausentes ou marginalizadas na formação de professores de Biologia, comprometendo a preparação docente para um ensino de Ciências comprometido com a justiça racial.

Em contrapartida a esse cenário de silenciamentos e aparente imobilismo institucional, os resultados acerca dos coletivos e projetos idealizados por estudantes e docentes, emergem como formas concretas de resistência e de enfrentamento ao currículo eurocêntrico dominante. Essas iniciativas, idealizadas muitas vezes à margem das estruturas formais da universidade, têm se constituído como espaços potentes de produção de conhecimento, debate e formação política, operando como alternativas reais para o letramento racial de professores e professoras em formação. Ao promoverem o contato com referenciais teóricos negros, com experiências formativas comprometidas com a justiça racial e com leituras críticas da ciência e da educação, esses espaços têm potencial de tensionar a suposta neutralidade da formação em Ciências e evidenciar que a demanda por uma educação antirracista precisa transcender os marcos legais e alcançar o cotidiano de sujeitos que vivenciam as ausências curriculares.

É fundamental reconhecer que o percurso desta investigação foi atravessado por dificuldades que incidiram diretamente sobre suas conclusões e delimitam algumas lacunas do estudo. A ausência de documentos institucionais relevantes, como versões anteriores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e parte dos planos de ensino, que não foram localizados nos sítios oficiais e tampouco disponibilizados após tentativas de contato institucional, impôs limites à análise histórica e comparativa da formação investigada. Soma-se a isso uma limitação metodológica relacionada à análise das referências bibliográficas presentes nos planos de ensino, uma vez que está se deu a partir de sua nomenclatura, o que não permite afirmar que os conteúdos dos textos ou obras não abordem ou tensionem

questões raciais em seu interior. Ainda assim, tais lacunas não invalidam os achados, mas permite o aprofundamento dessas análises.

Por fim, esta pesquisa reafirma a educação como um espaço de disputa, mas também de potência. A formação de professores e professoras, quando assumida como prática política e ética, carrega a possibilidade concreta de ruptura com projetos de exclusão historicamente naturalizados e com currículos que insistem em reproduzir a centralidade da branquitude como medida universal do saber. Valorizar os saberes pretos, suas epistemologias, trajetórias e resistências, não se trata de um gesto complementar, mas de um reposicionamento necessário para a construção de uma educação verdadeiramente comprometida com a justiça racial. A história do povo negro na educação, marcada por lutas, insurgências e permanências, demonstra que mesmo diante da negação sistemática do direito ao conhecimento, produzir saber sempre foi um ato de resistência. Assim, apostar em uma formação docente antirracista é apostar na potência transformadora da educação, na ampliação do que reconhecemos como ciência e na possibilidade de futuros outros, futuros em que professores e professoras de Ciências e Biologia estejam preparados para ensinar, pesquisar e existir a partir de perspectivas que não silenciem, mas afirmem a pluralidade de saberes que sustentam este país. É nesse horizonte que esta dissertação se encerra, reconhecendo que “é tudo pra ontem” anuncia um tempo ancestral, em que o futuro não se projeta para frente, mas se reconecta às memórias, às lutas e aos saberes que nos antecedem.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Brancos estudam, em média, 10,8 anos; negros, 9,2 anos. Agência Brasil, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/brancos-estudam-em-media-108-anos-negros-92-anos>. Acesso em: 22 maio 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. Brasil foi o local que mais recebeu escravos nas Américas. Agência Pública, 22 ago. 2018. Disponível em: <https://apublica.org/chechagem/2018/08/truco-brasil-foi-o-local-que-mais-recebeu-escravos-nas-americas/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

APPLE, Michael W. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flávio; TADEU, Tomaz (org.). Currículo, cultura e sociedade. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ARRUDA, Daniel Péricles. Dimensões subjetivas do racismo estrutural. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 13, n. 35, p. 493-520, 2021.

BBC BRASIL. Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53000662>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à educação. Educação em Perspectiva, v. 8, n. 3, p. 380–397, 2017.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1824). *Constituição Política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 13 abr. 2026.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 maio 2006.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 nov. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 01 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Diário Oficial da União, Brasília, DF, ano 147, n. 138, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Quantitativos de programas de pós-graduação por região. Plataforma Sucupira. Brasília, s.d. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRUSCO, Beth. Teatro Experimental do Negro: uma revolução nas artes. Primeiros Negros, 3 jul. 2018. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/teatro-experimental-do-negro/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório aponta corte em verbas federais para combate ao racismo. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/709406-relatorio-aponta-corte-em-verbas-federais-para-combate-ao-racismo/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

CAVALLEIRO, Eliane. *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. Selo Negro Edições, 2024.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295–316.

CHASSOT, Attico Inácio. *Alfabetização científica: questões e desafios para a educação*. 3. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

COELHO, Wânia de Nazaré Bastos. *A cor ausente*. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; REGIS, Kátia Evangelista; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Lugar da educação para as relações étnico-raciais nos Projetos Político-Pedagógicos de duas escolas paraenses. *Revista Exitus*, Santarém, PA, v. 11, p. 1–24, 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). Relembre os 7 desastres do governo Bolsonaro na educação pública. Brasília, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/relembre-7-desastres-do-governo-bolsonaro-na-educacao-publica-a9dc/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 36–61, maio/jun./jul./ago. 2003.

COSTA, Marisa Vorraber; WORTMANN, Maria Lúcia; BONIN, Iara Tatiana. Contribuição dos Estudos Culturais às pesquisas sobre currículo: uma revisão. *Currículo sem Fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 509–541, set./dez. 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/costa-wortmann-bonin.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GIROUX, Henry A. *Atos impuros: a prática política dos estudos culturais*. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. Educação como exercício de diversidade, p. 181, 2005.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO, João Augusto Dunck. Políticas públicas e os quilombos no Brasil: da Colônia ao Governo Michel Temer. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, n. 1, p. 545-564, 2018.

DA SILVA JÚNIO, Astrogildo Fernandes; SOUSA, José Josberto Montenegro. O ensino de História e a educação para relações étnico-raciais: diálogos com os estudos descoloniais. *Grifos*, v. 25, n. 41, p. 57-80, 2016.

DE ANDRADE, Oberdan da Silva et al. Práticas educativas com pessoas negras no Brasil Colônia: indícios, materialidade e silenciamento. *Identidade!*, v. 28, n. 2, p. 120–144, 2023.

DE FÁTIMA ZDEBSKYI, Janaina. Quilombos: uma estratégia de resistência e enfrentamento dos escravos africanos diante da dominação europeia. *História e Diversidade*, v. 8, n. 1, p. 261–277, 2016.

DE OLIVEIRA ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil (1930–1973). Petrópolis: Vozes, 2022.

DOS SANTOS FELÍCIO, Helena Maria. O papel do professor/pesquisador na construção do projeto político-pedagógico no ensino superior. *Olhar de Professor*, v. 13, n. 1, p. 145–153, 2010.

EVANGELISTA, Jéferson. Interface das relações étnico-raciais com o ensino de ciências: uma revisão sistemática de literatura (2005–2021). 2022. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) – Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2022.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella (org.). *Escrevivência: a escrita de nós — reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Belo Horizonte: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-47.

FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cadernos Cedes*, v. 28, p. 333–355, 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. A história da educação dos negros no Brasil. *Niterói: EdUFF*, 2016.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação antirracista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de ciências e de alguns pensadores. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 14, n. 3, p. 397–416, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1516-73132008000300003>. Acesso em: 18 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

G1. País tem pior índice em 10 anos de escolas públicas com projetos para combater racismo, aponta levantamento. G1, 25 jul. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/25/pais-tem-pior-indice-em-10-anos-de-escolas-publicas-com-projetos-para-combater-racismo-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 5 ago. 2025.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (org.). *Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29–38.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei nº 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flavio; CANDAU, Vera Maria (org.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Raça e educação infantil: à procura de justiça. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 1015–1044, jul./set. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/44232>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização de currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. Cultural studies and the centre: some problematics and problems. In: HALL, Stuart; HOBSON, Dorothy; LOWE, Andrew; WILLIS, Paul (org.). *Culture, media, language: working papers in cultural studies, 1972–1979*. London; New York: Routledge; Centre for Contemporary Cultural Studies, 1980. p. 7-8.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IBGE. Censo 2022: taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem. Agência de Notícias IBGE, 17 maio 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>. Acesso em: 29 maio 2025.

IBGE. Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. Agência de Notícias IBGE, 8 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 29 maio 2025.

JUNG, Hildegard Susana; FOSSATTI, Paulo. Duas décadas de LDB 9.394/96: gênese, (des)caminhos, influência internacional e legado. Revista Teoria e Prática da Educação, Maringá, v. 21, n. 3, p. 53–65, 2018.

JÚNIOR, Amarílio Ferreira; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 80, n. 196, p. 525–540, dez. 1999.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. Revista Panorâmica online, v. 33, 2021.

KRASILCHIK, Myriam. Ensino de ciências e a formação do cidadão. Educação Aberta, Brasília, v. 7, n. 40, p. 55–60, 1988.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa: Livraria Portugália, 1938.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MATOS, Patrícia Ferraz de. As cores do império: representações raciais no império colonial português. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MEDEIROS, Léa Regina de; MOREIRA, Vinicius de Souza; SOARES, Marilourdes Guimarães; MARTINS, Simone. Representatividade em coletivos estudantis: análise com base nas relações estabelecidas no contexto universitário. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 17, n. 1, p. 160–181, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/1342>. Acesso em: 19 ago. 2025.

MNU BAHIA. Protesto do Movimento Negro Unificado (MNU) na Bahia. 2025. Disponível em: <https://mnubahia.com.br/historia/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. *Educação por Escrito*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado do; NEZ, Egeslaine. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 8, n. 55, p. 448–459, 2021.

MUNANGA, Kabengele. O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira). Rio de Janeiro: UFF, n. 5, p. 15–34, 2004.

NGANGA, João Gabriel Nascimento. Sumário executivo das percepções sobre o racismo no Brasil. Peregrum; SETA, jul. 2023. Disponível em: <Sumario-Executivo-Percepcoes-sobre-o-Racismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

OLIVEIRA, M. S. de. A intelectualidade e o Teatro Experimental do Negro: raça e negritude em debate no I Congresso do Negro Brasileiro. set. 2023.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. *A educação superior no Brasil*, v. 336, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [S.l.]: UNICEF Brasil, [20--]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 maio 2025.

PECINATO, Beatriz. Racismo estrutural ainda persiste na educação brasileira. Geledés – Instituto da Mulher Negra, 7 jan. 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-estrutural-ainda-persiste-na-educacao-brasileira/>. Acesso em: 01 abr. 2026.

PEREIRA, Amauri Mendes. Escola–espaço privilegiado para a construção da cultura de consciência negra. *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília/DF: Ministério da Educação, p. 35-48, 2005.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Educação em Ciências na escola democrática e as relações étnico-raciais. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 19, 2019.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. *Currículo sem Fronteiras*, v. 18, n. 3, p. 785–800, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1208–1233, out./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/35125>. Acesso em: 18 ago. 2025.

RAMÓN, Paula. Comunidades quilombolas: identidade forjada através da resistência. *National Geographic Brasil*, 21 mar. 2022. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2022/03/comunidades-quilombolas-identidade-forjada-atraves-da-resistencia>. Acesso em: 18 ago. 2025.

SANT'ANA, Tomás Dias et al. Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino. *Alfenas: Forpdi*, 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, ano 1, n. 1, jul. 2009.

SANTIAGO, Maria Eliete; NETO, José Batista. Formação de professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos. *Revista e-curriculum*, v. 7, n. 3, p. 1-19, 2011.

SANTOS, Ione A. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (org.). *Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 97–113.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. *São Paulo: Companhia das Letras*, p. 12, 1993.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 13, n. 47, p. 149–168, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362005000200003>. Acesso em: 10 out. 2023.

SEVERO, Renata Trindade. Letramento racial e técnicas de si. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 6400–6415, jul./set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/82010>. Acesso em: 29 jan. 2026.

SILVA, Francisco Thiago. Educação das relações étnico-raciais negras no currículo da formação de professores. *Projeção e Docência*, v. 5, n. 2, p. 46–57, 2014.

SILVA, João Gabriel da. Quilombos, quilombagem e resistência social. *Revista Educação Pública*, v. 14, n. 17, 2008. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/17/quilombos-quilombagem-e-resistenciacircncia-social>. Acesso em: 19 jul. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SKIDMORE, Thomas. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

SODRÉ, Muniz. O negro no Brasil é um lugar móvel. Entrevista concedida a César Fraga. Extra Classe, Porto Alegre, 23 maio 2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/>. Acesso em: 28 jan. 2026.

THE TRANSATLANTIC SLAVE TRADE DATABASE. Voyage data. 2025. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org>. Acesso em: 18 ago. 2025.

TOBIAS, José Antônio. História da educação brasileira. São Paulo: Juriscredi, 1972.
TURNER, Graeme. British cultural studies: an introduction. Boston: Unwin Hyman, 1990.

UNESP. Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão – NUPE. [s.d.]. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/nupe/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNESP. Plano de Desenvolvimento Institucional UNESP 2022–2026 (versão 2023). São Paulo: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2023. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/pdi20750/pdi-unesp-2022---2026-versao2023.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

UNESP. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. Mapa da diversidade. 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proade/mapa-diversidades/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político Pedagógico (Ingressantes 2023): Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas* (Faculdade de Engenharia — Câmpus de Ilha Solteira). Ilha Solteira, 2023. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/Graduacao/ppp-ciencias-biologicas-2022.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas* (Faculdade de Ciências - Câmpus de Bauru). Bauru, 2021. Disponível em: <https://www.fc.unesp.br/Home/Departamentos/CienciasBiologicas/ppp-ccb-2012-pronto.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas* (Instituto de Biociências — Câmpus de Botucatu). Botucatu, 2024. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/graduacao/cienciasbiologicas/ppp_cbiologicas_bac_lic_ibb-18-07-2024.pdf. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas* (Instituto de Biociências — Câmpus de Rio Claro). Rio Claro, s.d. Disponível em:

<https://ib.rc.unesp.br/#!/graduacao/cursos-conselho-de-curso/ciencias-biologicas/projeto-politico-pedagogico---ppp/>. Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas — 2023, corrigido pela alteração de 2024* (Câmpus de Assis). Assis, 2024. Disponível em:

<https://www.assis.unesp.br/Home/ensino/graduacao/cienciasbiologicas/projeto-politico-pedagogico-c.-biologicas-2023---corrigido-pela-alteracao-de-2024.pdf>.

Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas* (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas — Câmpus de São José do Rio Preto). São José do Rio Preto, 2018. Disponível em:

<https://www.ibilce.unesp.br/Home/Graduacao450/cbiologicasbac-lic/2019-a-2022.pdf>.

Acesso em: 20 dez. 2025.

UNESP — UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. *Reestruturação Curricular: Curso de Ciências Biológicas — Licenciatura* (Instituto de Biociências — Câmpus do Litoral Paulista — São Vicente). São Vicente, s.d.

Disponível em: https://www.clp.unesp.br/Home/Graduacao7/CienciasBiologicas-Licenciatura/curso/reestruturacao-curricular---cb-licenciatura_caacg.pdf.

Acesso em: 20 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Coletivos estudantis. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – Proade.

Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proade/coletivos/coletivos-estudantis/>.

Acesso em: 28 jun. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Mapa da diversidade. Pró-Reitoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade – Proade.

Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proade/mapa-diversidades/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (UNIPAMPA). O que é o PDI. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/o-que-e/>. Acesso em: 01 abr. 2026.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: elementos metodológicos para elaboração e realização*. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 1).

VERRANGIA, Douglas. Criações docentes e o papel do ensino de Ciências no combate ao racismo e à discriminação. *Revista Educação em Foco*, v. 21, n. 1, p. 79-103, 2016.

VUNESP. *Como e por que estudar na Unesp? Guia prático*. Presente em 24 municípios; 53.477 alunos matriculados — sendo 38.782 na graduação, 764 no curso de Licenciatura em Pedagogia a distância e 13.931 na pós-

graduação. Disponível em: <https://static.vunesp.com.br/vnsp1801/manual/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. Estudos culturais da ciência e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.